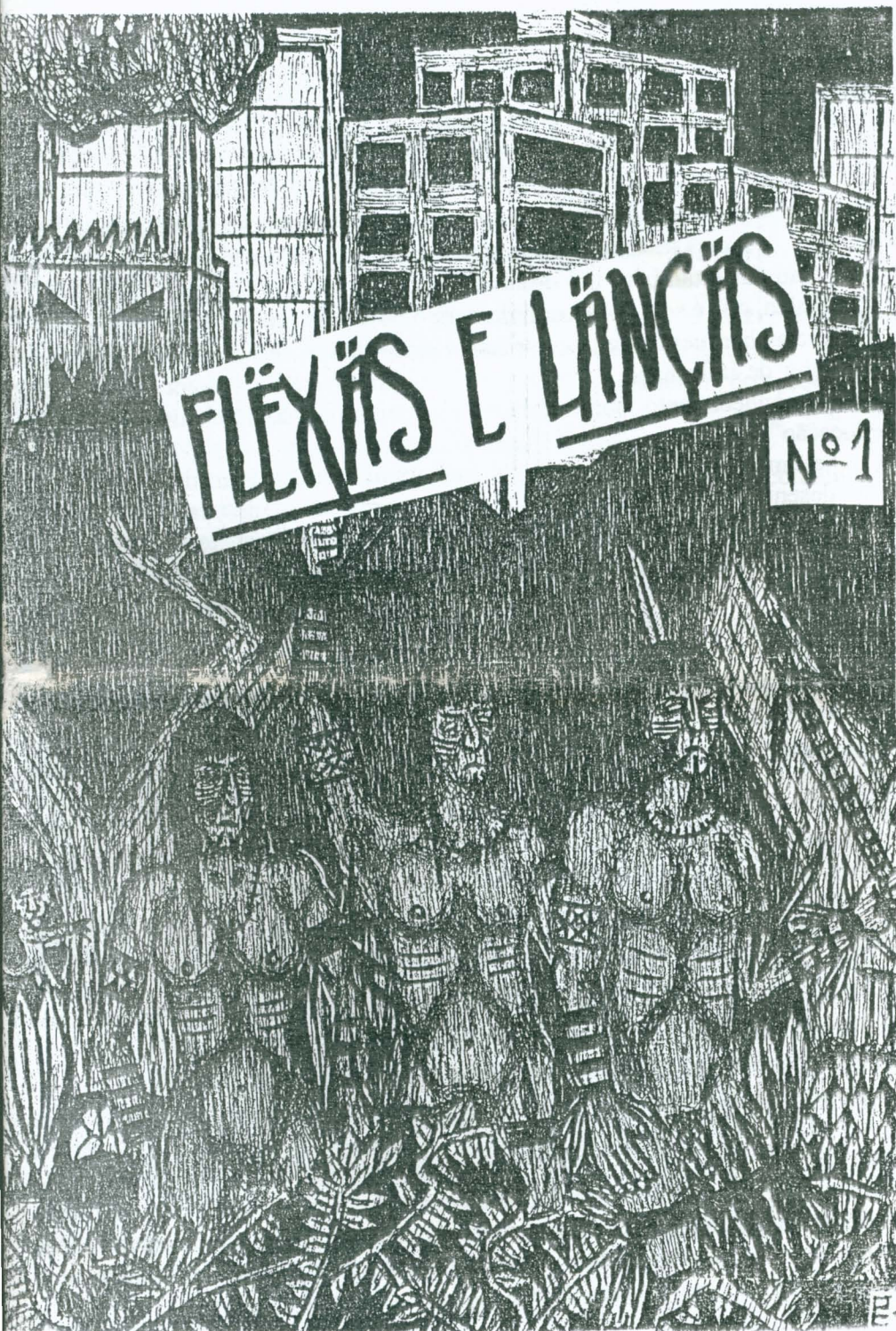


FLEXAS E LANÇAS

Nº 1



Ⓐ - Editorial

Este material é fruto de algumas leituras, textos de importantes e assustadoras informações, mas textos de pouca circulação em qualquer meio.

Este material é também um desabafo frente a "história" produzida pelo meio acadêmico, que é sem compromisso com o povo, distorce as linhas para servir a tendências burguesas e eurocentristas a favor de um "progresso", reúnem uma bagagem de informações muito grande e geralmente só a usam para adquirir status, conhecimento como relação de poder ou comercializar "cultura e educação".

Conhecemos a história contada por indivíduos que são fruto dessa concepção de desenvolvimento que se construiu em volta de um conceito de "superioridade" da civilização perante o primitivo, um torto conceito de superioridade tão nocivo como qualquer outro conceito de superioridade.

Uma vida dramática nas megalópoles urbanas nos faz encherger o produto dessa operação: a centralização e militarização do modo de vida, padronizado, sem graça, a vida girando em volta do trabalho pesado que só traz as migalhas da sobrevivência, onde todos competem, se vigiam, se discriminam, refletindo vários vícios sociais impregnados por grupos políticos, econômicos e religiosos. Bilhões de pessoas vivendo no estado mais crítico da miséria, governos democráticos empregados das elites ricas nacionais e internacionais, governos assassinos que não respeitam os povos e com suas leis e sua política condena todos os seres, mostrando claramente que os deveres de estado vão contra as necessidades do povo.

Tornamos frias nossas relações, pior, baseamos todas as nossas relações em relação de poder (como o pai com o filho, o marido com a mulher, o professor com o aluno, o patrão com o empregado, o vendedor com o consumidor). Burocratizamos tudo na vida, vivemos mal e condenamos todos os seres a viver assim, em nome dessa "evoluída" civilização que vivemos.

Aí eu te pergunto: Há superioridade na civilização??????

Se formos observar, o primitivo é um universo de culturas, povos, etnias, mas dele pode se encontrar outros modos de vida, que respeitam mais os seres e a natureza, que tenham uma relação mais forte de coletividade, responsabilidade coletiva, onde o fruto do trabalho é compartilhado com todos, onde aja mais apoio, mais solidariedade, onde as rodas de conversa e diálogo é aberta à todos e buscando o consenso, onde o humano viva horizontalmente, tenham seus instintos, fazendo parte dessa diversidade de vida que é a natureza.

Mas se não contássemos tudo isso, mesmo assim os povos nativos e indígenas merecem respeito e solidariedade, pois até hoje é terrível a situação que vivem, é terrível desde que o europeu pisou nesse solo.

Mas nós civilizados, só conhecemos o lado dos vencedores da guerra na história, ignoramos ou desconhecemos a voz dos mudos, dos "vencidos", que aliás não são vencidos, ignoramos sua bela e justa resistência, banalizam sua luta como violência gratuita e selvageria.

O pior, esquecemos nossos mortos,, as tragédias, o paralelo onze, o índio galdino, os kayapós, esquecemos nosso caráter, nosso censo de justiça.

Este material tenta refletir um pouco da história obscura do processo civilizatório, o qual você é parte.

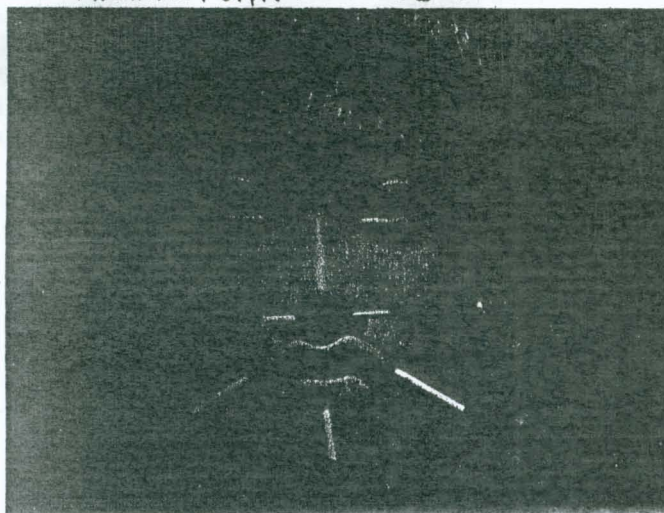
Tentar falar sobre os problemas históricos e atuais dos povos nativos.

Este material, no seu primeiro número aborda a história da abertura econômica da bacia amazônica entre o começo do século xx até a década de 80. Em outros números haverá outros textos e assuntos.

Solidariedade aos povos indígenas, a luta desses povos é luta de todos.

Pé-Grande

ANARKOPUNK ★ REDE SUL



PROGRESSO ECONÔMICO SUICÍDIO ECOLÓGICO POLÍTICA DE GENOCÍDIO

No começo do século a região da bacia amazônica em grande parte se mantinha intocada, abrigando diversos povos e e uma rica fauna e flora. Várias outras parte do Brasil estavam se desenvolvendo, grandes deslocamentos de colonos, novos projetos econômicos da jovem república ameaçando comunidades indígenas.

Haviam desbravadores profissionais, como o o famoso Rondon que abria as matas.

De 1900 a 1957 mais de 80 povos indígenas entraram em contato a civilização e foram desculturizadas e devastadas por doenças e miséria. Em mais de 500 anos mais de 800 etnias indígenas foram extintas. Entre 1900 e 1957 a população indígena caiu de cerca de 1 milhão para 200 mil .

No começo do século, em Santa Catarina as companhias de colonização pagavam a indígenas corrompidos a matar indígenas do povo Xokleng.

Em São Paulo os kaingang interromperam a construção da ferrovia noroeste e mantiveram sob seu controle 500 km².

Em Minas Gerais e Espírito Santo, os Botocudos resistiram à invasão de seu território e quase conseguiram forçar a retirada da colônia de São Mateus.

Nessa época havia uma pressão de missões européias e uma mentalidade racista, forçando o governo à proteger os colonos invasores. Muitas vezes foi proposto de se usar o exército pra controlar a situação. No congresso vários legisladores afirmavam que o Brasil deveria usar os mesmos métodos do governo dos Estados Unidos massacrando povos indígenas inteiros com absurdos requintes de crueldade.

Em 1910 foi fundado o SPI, Serviço de Proteção ao Índio, órgão que tinha o dever de defender os territórios indígenas e introduzir os indígenas nas economias regionais e nos hábitos do homem branco.

Nas palavras de Noel Nutels, um indigenista da época:

“O processo de civilizar o indígena é a forma mais eficaz de matá-lo.”

Na verdade o SPI foi usado para a pacificação de povos indígenas que resistiam a frente de desenvolvimento de todo o Brasil. Em relação a proteção de territórios indígenas o SPI era incapaz de cumprir com essa função.

O SPI tentava convencer os indígenas a não fazer conflitos e que confiassem no governo para proteger seus territórios, levavam muitos presentes.

No fim os indígenas ganhavam presentes e promessas vazias, seus territórios continuam a ser invadidos por colonos.

Em 1912 em São Paulo e Paraná houve a pacificação dos kaingang, suas terras foram cobertas por plantações de café.

Em 1914 no Vale do Itajaí houve a pacificação dos Botocudos, a região hoje é uma das mas ricas de Santa Catarina.

Em 1911 foi a vez dos Aimorés do Vale do Rio Doce, em Minas e Espírito Santo, área ocupada por cidades, indústrias e fazendas.

Em 1918 os Umutinas dos rios Sepotuba e Paraguai, cuja pacificação possibilitou a

exploração das grandes florestas de ipecacuanha.

Em 1922 os Parintintins que impediam a exploração de borracha do rio Madeira.

Em 1928 os Urubus que participavam de conflitos em todo o vale do Gurupi, entre Pará e Maranhão.

As grandes frentes de expansão eram as invasões dos seringueiros, fazendeiros de gado e colonos.

Os governos estaduais negavam a dar títulos legais as terras indígenas.

Praticamente em todas as áreas em que o SPI funcionava os indígenas foram destruídos pelas doenças e pela fome, ou marginalizados em minúsculas parcelas de terra.

No governo havia grande parte de autoridades que eram a favor do massacre de povos indígenas, outros eram a favor de que o governo desse proteção e depois os introduzisse nas rédeas da civilização.

Entre 1900 e 1957 nas áreas de expansão agrícola 6 povos indígenas foram extintos, nas áreas de pecuária 13 povos desapareceram, e nas áreas de extração de borracha, castanhas e prospecção de diamantes 59 povos foram destruídos. (Darcy Ribeiro-"Culturas e línguas indígenas do Brasil")

Os Kaingang de São Paulo foram reduzidos de 1 200 indivíduos(1912) para 87 indivíduos famintos(1957).

Os Xoklêng de Santa Catarina caíram de 800 para 190 em 1957.

Os Nambikuára de Mato Grosso caíram de 10 000 para menos de 1000.

Os Kayapós quando tiveram seu primeiro contato com a civilização em 1902 tinham população de 2500 para menos de 10 em 1957.

No Vale do Gurupi, os povos Tembê e Timbira que viviam entre 7000 membros foram reduzidos à 3 aldeias de 20 pessoas cada.

Muitos indígenas fugiam para as matas, para outras regiões menos cobiçadas e muitos mantiam o território e resistiam, afim de proteger sua identidade cultural e sua autonomia perante a civilização.

Nessa época 27 povos estavam no grau de contato considerado intermitente com a civilização.

45 povos eram classificadas no grau de contato permanente, viviam realidades trágicas, eram desculturalizadas, pois a organização social e vida cerimonial foram rompidas, velhos costumes de apoio mútuo e cooperação se desfizeram e o modo de subsistência nativa foi destruído. Os povos acabavam cada vez mais dependentes da sociedade e forçados a participar da economia regional.



38 povos no grau de integração em 1957, suportavam as piores condições de vida na miséria, esqueceram seus costumes, culturas, línguas, viviam como grupos étnicos indigentes e marginalizados na camada mais pobre das regiões rurais, eram usados como mão de obra barata ou viraram produtores de bens comerciáveis. Diante do racismo e da discriminação da sociedade é impossível qualquer maneira de integração na sociedade.

Em 57 a política indigenista se modificava, ficava mais ligada a política regional, vários militares assumiam postos no poder do SPI.

Uma onda de corrupção se instalou no órgão, vários postos foram confiados à missionários cristãos e expedições de pacificação prejudiciais ao bem-estar dos indígenas foram tolerados pelo SPI.

Em 67 o ministro do interior encarregou o procurador-geral Jader Figueiredo de fazer uma investigação sobre a corrupção no SPI.

De acordo com um repórter que estava na coletiva com Jader, haviam grandes provas de corrupção e sadismo, que incluía o massacre de comunidades inteiras na base da metralhadora, dinamite e açúcar misturado com arsênico. Até tinha um caso de uma menina indígena que era mantida com escrava de um funcionário do SPI.

Informou também que dos 700 funcionários 134 eram acusados de crimes, 200 haviam sido demitidos e 38 fraudulentamente contratados.

Patrick Braun, médico do departamento francês de Ultramar descobriu nos relatórios do ministério da agricultura, do interior e o relatório de Jader Figueiredo provas de agentes do SPI e latifundiários que cometiam massacres com armas biológicas, a introdução de Varíola, gripe, tuberculose e sarampo entre povos do Mato Grosso, entre os anos de 1957 e 1963. E a introdução de tuberculose entre povos do norte da bacia Amazônica. Afirmou que viu provas que corpos infectados eram jogados propositalmente em territórios indígenas, que sem imunidades as doenças do branco morriam rapidamente.

Outro observador internacional, o jornalista inglês Norman Lewis, publicou uma matéria com provas da cumplicidade do SPI em massacres e que o ex-chefe do SPI era acusado de 42 crimes contra indígenas, inclusive cumplicidade em vários assassinatos de indígenas, venda de terras indígenas roubos e um desfalque de 300 mil dólares e provas de abusos sexuais e assassinatos encobertos pelo órgão.

Uma pressão internacional se fez contra o governo brasileiro, o acusando de cúmplice da política de genocídio.

Diante do escândalo o ministro do interior extinguiu SPI e fundou a FUNAI prometeu punição aos criminosos e que as terras vendidas seriam devolvidas, coisas que aliviaram os protestos internacionais.

Em 1969 muda-se o presidente do Brasil, entra o general Emílio Garrastazu Médici, muda-se o ministro do interior e o novo presidente anunciou os planos de desenvolvimento da bacia Amazônica e a construção da estrada Trans-Amazônica.

Nas palavras dele: "A política de meu governo dirige-se basicamente à realização de um gigantesco programa de integração com o duplo objetivo de exploração e colonização"

Em 1970 a mídia internacional elogiava o processo de desenvolvimento que vinha com a Trans- Amazônica.

No projeto se era discutido os reflexos da estrada dos povos indígenas, mas os textos eram superficiais e só tratavam de conflitos sangrentos entre indígenas e homens da construção

da estrada .

PROGRESSO ECONÔMICO

a primeira indicação do projeto de desbravar a Amazônia foi em 1940 quando Getúlio Vargas visitou a Amazônia. Numa ocasião ele distribuiu machados e enxadas aos indígenas, depois anunciou um projeto de colonização de Goiás, que daria a cada colono uma casa de graça 5 alqueires de terra da União.

Desde a época de Vargas representantes norte-americanos se infiltravam no projeto de exploração da Amazônia.

Nessa época houve uma negociação entre os EUA e Brasil, 200 milhões de dólares em armas o Brasil abria caminho para os EUA explorarem riquezas naturais da região.

Em 1943 foi criada a fundação Brasil Central, para desbravar as matas da região, ela trabalhava junto às forças armadas e o SPI, abriram uma rede de aeroportos e estradas de acesso em Mato Grosso e Goiás.

Nos anos 50 houve uma grande migração massiva de pioneiros em direção a estes estados, foi terminada a construção de Brasília, começaram a construção da rodovia Belém-Brasília, e o aparecimento de enormes áreas agrícolas em MT, GO, PA. Até aí não haviam afetado o oeste da Amazônia.

1972 - "The Amazon: its treasures are being revealed, im Brazilian trends: Economic development in Brazil".

"A Amazônia possui 79,7% das reservas de madeira, 81% da água doce do país, 50% do ferro, 100% do estanho, 93% do alumínio e o maior depósito de sal-gema do mundo, calculado em 10 bilhões de toneladas e possui depósitos de petróleo".

O golpe militar mudou a legislação da exploração de recursos naturais, a exploração que antes era nacionalizada foi aberta à várias multinacionais, uma das mais importantes era a Hanna Mining Company, a primeira a quebrar os monopólios da exploração de minério das mãos do estado.

Essa empresa tinha direito de explorar minérios em Minas Gerais, se juntou com outra empresa, a CAEMI para formar uma grande companhia, a MBR. Estendia sua influência ao petróleo e tinha sociedade com a empresa UNIPAR, de petróleo e já se introduzia na exploração de bauxita, setor lucrativo, em uma sociedade com a empresa Aluminium Company of America.

A US STEEL Corporation quis explorar um depósito de ferro de 160 mil hectares, no Pará, mas a legislação só permite 5 mil hectares, mas o governo concedeu 31 concessões em nome de funcionário e diretores da empresa. Em 69 a empresa se associa com a Vale do Rio Doce, empresa estatal, para a exploração no Pará.

Depois disso a legislação muda o limite de hectares por concessão subindo-a para 50 mil hectares. E marcou por seu obcecado incentivo às empresas multinacionais. Os pedidos de concessões em 7 anos subiu de 2 mil para 20 mil.

Houve também a expansão do latifúndio, que foi enorme. A maioria eram de ricos capitalistas de Minas e São Paulo. Orlando Ometo, rico produtor de açúcar de SP tinha uma fazenda de 14 mil km², do mesmo tamanho do estado de Connecticut nos EUA. Em apenas 2 anos Orlando derrubou 58 mil hectares de mata, e fez uma estrada de 100 km.

A SUDAM, órgão do estado criou incentivos fiscais para que grandes companhias

investissem nos programas agropecuários e estariam isentos de impostos por 10 anos.

Castelo Branco anuncia a "Operação Amazonas" que é um programa de desenvolvimento de transporte, energia, comunicação e recursos naturais na bacia amazônica.

Era oferecida uma faixa de terra de 100 km que acompanhava a rodovia e que deveria ser distribuídos à 5 milhões de colonos.

No governo Médici substituiu a operação Amazonas pelo Programa de Integração Nacional (PIN).

Na década de 60 foi fundado o Parque Nacional do Xingú. No anos seguintes já sofria ameaças. O governo de Mato Grosso tentou fornecer concessões de terras do Parque do Xingú a empresas e companhias de especulação imobiliária. 6 milhões de hectares já haviam sido transferidos deste modo.

O governo federal sofre pressão e força o estado do Mato Grosso à anular esses contratos.

Depois disto aconteceu violenta epidemia de sarampo que quase varreu povos inteiros na região do Parque. Quase 100% de membros infectados nas comunidades, atrapalhando as atividades de horticultura, caça e pesca, assim resultando em desnutrição e fome, piorando a doença.

Nessa época viviam no Parque:

- Kamayurá, Awetí e Kayabí, do tronco lingüístico Tupí;
- Kuikúru, Kalapalo, Matipuhú e Nafuquá do tronco Carib;
- Waurá, Mahináco e Yawalapítí do tronco Arawak;
- Suyá e Txukahamae do tronco Gê;
- Jurunas de tronco lingüístico indefinido.

A antropóloga Carmem Junqueira fez um estudo dos reflexos da política indigenista dos Villas Boas, criadores do Parque do Xingú, analisou o povo Kamayurá, relatou uma interferência delicada no modo de vida do povo, provocando várias mudanças estruturais imprevistas nas relações do povo, como alto grau de dependência econômica criada entre o povo e os agentes do Parque. Durante anos os Villas Boas forneciam grande número de ferramentas e bens materiais, o que causou uma queda da atividade artesanal, a substituição da economia de troca entre tribos por uma relação de dependência dos povos indígenas e o grande crescimento do poder e influência dos empregados do posto na comunidade. Mas a antropóloga afirma que o projeto do parque é bem sucedido.

1969 - o general Oscar Gerônimo Bandeira de Melo assumiu a presidência da FUNAI e falou que sua política seria dentro do PIN com o colonização e ocupação da Amazônia. Introduziu uma medida "renda indígena" que é uma parcela das vendas dos artesanatos revertida para projetos agrícolas e industriais, forçando os indígenas a deixarem o hábito cultural da caça e pesca e se integrar na economia de mercado. A segunda medida era que a FUNAI serviria de órgão de apoio a SUDAM que desenvolvia o sistema de estradas, a FUNAI ficou à cargo da pacificação das comunidades indígenas em volta do complexo da Trans-Amazônica, proteger os operários dos ataques indígenas e garantir que eles não fossem obstáculos a rápida ocupação da Amazônia. Em 1970 foi criado o estatuto do índio que dava poder ao presidente do Brasil junto a FUNAI de intervir e remover comunidades indígenas de suas terras de direito, ameaçando à todas as reservas indígenas existentes. No estatuto dizia que o presidente poderia remover as comunidade por várias questões:

- 1 - Cessar luta entre tribos rivais;
- 2 - Combater os surtos graves de epidemia;
- 3 - Manter a segurança nacional;
- 4 - Realizar obras públicas no interesse do desenvolvimento nacional;
- 5 - Reprimir a desordem e grilagem;
- 6 - Explorar riquezas minerais.

Em 1971 o governo revelou que a estrada que Xavantina às Cachimbo (BR-080) passaria por um trecho de 40 km dentro da parte norte do Parque do Xingú.

“Não se pode deter o desenvolvimento do Brasil por causa do Parque do Xingú” (general Oscar Gerônimo Bandeira de Melo, presidente da FUNAI na época).

O povo mais afetado pela BR-080 foi os Txukahamae, causando uma divisão nesta comunidade, onde um grupo acaba se mudando para perto da estrada. Em 1973 houve um surto de sarampo nesse grupo que foi a estrada, 94 deles adoeceram, 70 foram transferidos para o hospital no Araguaia, mas não tinham remédios para dar assistência aos indígenas. Um médico disse: “ Os índios estão chegando com sarampo e broncopneumonia e se encontravam em um estado crítico de subnutrição”.

No mês seguinte houve mais uma epidemia transmitida pelos trabalhadores agrícolas das fazendas de gado ao redor da BR-080.

Antes de 1970 só existiam as estradas Belém-Brasília (BR-010), Cuibá-Porto Velho (BR-364). Em 70 já começaram a construção de mais 3 estradas, a Tran-Amazônica, com 5 mil km, a BR-165 ligando Santarém à Cuibá e a BR-174 ligando Manaus à a Boa Vista.

Todas as estradas estavam prontas em 1974.

O exército, e o DNER, tiveram grande infra-estrutura para rapidamente construir as estradas, proporcionada por grandes empréstimos internacionais . A assistência técnica estrangeira ajudou muito no processo, o Brasil passou a fazer parte do Programa de Satélite de Observação de Recursos da Terra. O governo anunciou o projeto RADAM (Radar Amazônico), um programa para fotografar e mapear a bacia amazônica cujo várias empresas faziam parte, entre elas a Goodyear Corporation. Realizaram o mapeamento aéreo da hidrologia, geologia, geografia, distribuição de florestas e vegetação na bacia Amazônica.

Empresas européias e norte-americanas forneceram ferramentas e máquinas pesadas de terra-planagem, uma das maiores era a Caterpillar Tractor Co. que dominou 70% do mercado no Brasil.

Esse é só o começo do processo.



Se multiplica a política de pacificação.

Um dos primeiros a sofrer foram os Parakanân e seus vizinhos, os Akuawa-Asurini.

Os Parakanân são um povo do tronco Tupi localizados à sudoeste do Pará.

Seus primeiros contatos aconteceram em 1950, quando trabalhadores de um rodovia derrubavam árvores. Em 1953, o SPI tentou fazer a primeira tentativa de pacificação do povo, construiu um posto indígena e levou 190 membros do povo para lá, em pouco tempo 50 deles morreram e o resto fugiu para a mata. Depois disso os Parakanân foram astuciosos em evitar novos contatos com agentes e colonos.

Em 70 o governo determina que a Trans-Amazônica deve passar pelo território dos Parakanân.

A FUNAI tenta uma nova pacificação, em pouco tempo mais de 40 membros morreram com um surto violento de gripe.

Os Parakanân andavam nas aldeias com os corpos pintados de preto em sinal de luto e revolta.

Em 71 invadiram de vez seu território, trabalhadores da estrada e agentes da FUNAI praticavam estupros contra mulheres indígenas, 35 mulheres estavam com doenças sexuais, 8 crianças nasceram cegas e seis morreram de desintéria.

No começo de 72 houve nova epidemia de gripe, os médicos nada puderam fazer sem remédios, vários indígenas morreram.

Antonio Cotrim Soares, indigenista que esteve entre os Parakanân, revelou que os surtos de DST eram realidades de todos os povos ao longo da Trans-Amazônica. Numa entrevista ele disse que esteve entre o povo Jandeavi, que sofria um surto de gripe trazido por um missionário cristão, Antonio avisou à FUNAI do problema e alertou que era uma situação de emergência, mas o apoio médico chegou 48 dias depois e 16 dos 26 membros dessa comunidade haviam morrido.

Antonio disse, ao se demitir da FUNAI: "Estou cansado..., de ser um coveiro de índios".

Uma equipe da APS (Aborigine Protection Society) registraram péssimas condições de higiene, surtos de resfriados, desnutrição, tumores, cataratas.

Os Parakanân vendiam seus artesanatos em troca de munição e armas, tinham de mendigar comida na estrada.

Outro povo vítima dessas pacificações foram os Kreén-Akaróre, que viviam ao longo da rodovia Santarém-Cuiabá.

Adrian Cowell fez um documentário sobre este povo, apresentando-o para o mundo com cobertura da tv americana e européia.

Depois dessa filmagem, em nenhum outro filme foi retratado a história de destruição deste povo.

O primeiro contato dos Kreén-Akaroré foi em 67, quando um grupo foi visto perto da base militar de cachimbo e os soldados imediatamente pegaram armas para ir atrás, vasculhando pela mata e pelo ar.

Em 70, os Kreén-Akaróre recuam mais ainda para as matas e queimaram suas aldeias e campos.

Para construir a estrada o governo força esse povo a deixar seu santuário. Em 72 houve

novas fugas.

30 indígenas dos Kreén-Akaróre raspam a cabeça e se pintaram de preto, entraram no acampamento dos Villas Boas para protestar.

Nessa época o presidente Médici criou a reserva dos Kreén-Akaróre, mas ela não incluía o santuário do povo e ainda fazia fronteira com a rodovia Santarém-Cuiabá. Meses depois os indígenas estavam espalhados pela rodovia mendigando comida dos motoristas e sofrendo com o tabagismo e alcoolismo, sem falar nas doenças.

O povo foi deslocado a força para beira da estrada pela FUNAI, que tinha como responsável Antonio Souza Campinas, conhecido pelos seus crimes sexuais contra mulheres indígenas.

Em um ano os Kreén-Akaróre deixaram de ter trezentos membros para ter 135. em 74 o povo foi transferido para o Parque do Xingú, houve um surto de gripe que castigou os sobreviventes, as mulheres faziam abortos para seus filhos não enfrentarem a trágica realidade de seu povo. Desde então os Kreén-Akaróre vivem no Parque do Xingú, ao lado de seus inimigos tradicionais, os Txukahamae.

Logo depois começa a invasão do parque Aripuanã, que possui um dos mais ricos depósitos de estanho do mundo.

O sistema de reservas da FUNAI tendia a diminuir a terra indígena, e vários povos já haviam sido ex pulsos por companhias agrícolas e de mineração, com a complacência da FUNAI.

Antes das redes de estradas os problemas indígenas aconteciam com seringueiros, caçadores, negociantes, garimpeiros...

As estradas foram construídas para beneficiar a exploração de minérios e a colonização agrícola, sem falar nas muitas multinacionais.

Uma das principais áreas que a FUNAI tentou beneficiar multinacionais, foi ao longo dos rios Aripuanã e Roosevelt, onde estimavam-se viver 10 mil indígenas, as maiores comunidades eram os Cinta-Largas e os Suruí. Outras tribos também viviam lá, quase todas falavam línguas do tronco Tupi-Kawahib, eram os Bocas-Negras, Rama-Rama, Itogapuk, Pahin, Aipo-Sessí, Pawaté, Majubim, Mialat, Paranawát, Wiraféd, Takuatop e Ipotewat.

Durante um século esses povos lutavam e conseguiram manter longe garimpeiros e seringueiros que queriam invadir as matas da região.

No início da década de 60 grandes empresas imobiliárias começaram a se interessar pela região do Aripuanã, uma delas foi a firma de borracha Arruda e Junqueira, entre os estados de Rondônia e Mato Grosso.

Em 63, um funcionário dessa empresa, Francisco de Brito, organizou um grupo de garimpeiros e pistoleiros para expulsar os Cintas-Largas de suas terras. O episódio ficou conhecido como "massacre do paralelo onze". Brito alugou um avião e jogou pacotes com açúcar na aldeia, e quando os indígenas foram ver o que era o avião deu um rasante e dinamitou toda a aldeia. Outra expedição ainda foi organizada para matar os sobreviventes.

Nos últimos anos de 60 arrumaram muitas provas de depósitos de cassiterita e estanho.

Em 68 veio um incentivo às empresas, o exército abriu a estrada Cuiabá-Porto Velho, financiado pelos EUA.

Os próximos povos a sofrer foram os Cintas-Largas e Suruí.

Por volta de 67, com a repercussão do massacre do paralelo onze, o governo intervem em

Rondônia, afim de criar uma reserva de proteção para os Cintas-Largas e Suruí, Parque Aripuanã, mas tal medida obedecia os interesses dos mineradores.

Em 1971, um ex-jornalista e um radio-telegrafista foram mortos por Cintas-Largas, logo se espalhou rumores de guerra entre o estado e os índios. O governo culpou membros hostis, mas outra história surgiu, o ministério do interior e a FUNAI autorizavam grandes compromissos de exploração a entrar para explorar o Parque Aripuanã, por varias vezes os Cintas Largas contataram a FUNAI relatando os problemas antes do incidente.

Em 1972 vários colonos invadiram o parque causando conflitos sangrentos com os indígenas., o diretor do parque pede para a FUNAI a retirada dos colonos, a FUNAI se nega e não deu permissão para que o próprio parque o fizesse.

Em 72, uma equipe da APS visitou o parque Aripuanã, descobriram que os limites do parque haviam sido bastante diminuídos, prática tão escandalosa quanto aos tempos de SPI.

No mesmo ano um médico francês escreve um relatório, vivendo com Cintas-Largas e Suruí, disse que contactava a FUNAI que os Suruí estavam com um surto de tuberculose, em poucos meses morreram 20 membros, mais de 40% do povo sofria de infecções pulmonares. Vários haviam fugido para a mata tentando escapar da condição opressiva do posto indígena.

Outro relatório do mesmo médico denunciava a presença de sete companhias de mineração, na Folha de S. Paulo estava escrito que essas empresas operavam desde 1970 no parque, todas lucrando com a cassiterita.

Esse mesmo médico alertou a FUNAI do quadro grave dos Suruí, todos os grupos estavam infectados, em dois meses morreram muitos de tuberculose, os sintomas eram uma tosse rouca que ecoava na mata, "espectoração... que exauria o paciente", febres permanentes, sendo principalmente nas crianças e "levavam suas vítimas a caquexia terminal"

Essa epidemia destruiu 60% do Suruí.

Os médicos da FUNAI não tinham nem o cuidado de aplicar as vacinas anti-hepatite e vários indígenas foram infectados.

Vários campos de pouso foram construídos no parque de Aripuanã, havia uma escassez de caça e a miséria era total.

Em 72 o governo anuncia um projeto de exploração com mais de 50 empresas, entre elas a Vale do Rio Doce.

A FUNAI que teve a primeira missão de pacificar os indígenas agora tem a missão de garantir que essas empresas consigam explorar.

"Minha tarefa será a de integrar o índio na sociedade nacional por que é impossível de ter o processo de desenvolvimento com o argumento de que os índios deveriam ser protegidos e mantidos no seu estado puro".(general Ismarth de Araújo Oliveira, presidente da FUNAI).

Em 73 sai num jornal internacional um artigo falando que existiam 21 programas de exploração na Amazônia, parcerias entre os EUA e o governo militar brasileiro, havendo mais de 200 geólogos e engenheiros estrangeiros realizando investigações minerais.

Anunciavam três grandes projetos :

1-Projeto norte da Amazônia,que consistia no reconhecimento de 1.051.840 km², quase o

território brasileiro inteiro à cima do rio Amazonas.

2-O projeto Roraima, que consistia em trabalhos geológicos em 120.000 km² em Roraima, perto da fronteira com Venezuela e Guiana .

3-Projeto Aripuanã-Sucunduri, 80.000 km² nos sistemas de drenagem dos rios Aripuanã, Roosevelt, Guariba, Juma e Sucunduri, sul do Amazonas.

Outro fator muito importante foi a conclusão do projeto RADAM, praticamente mapearam todo o norte da Amazônia, segundo alguns jornais haviam sido encontrados grandes depósitos de ferro, manganês, estanho, bauxita e carvão. Em Roraima anomalias radioativas indicavam depósitos de urânio, em outros pontos haviam grandes depósitos de colúmbio, tântalo, zircônio, ouro e diamantes.

Grandes empresas nacionais e multinacionais formaram parcerias criando uma grande empresa onde a Cia Vale do Rio Doce tinha 41% das ações.

O governo desenvolvia centros de pesquisas de recursos minerais para fornecer assistência técnica e fornecia as vezes apoio financeiro. Daí mais 33 projetos foram desenvolvidos com o apoio do governo.

Em 1973 o governo começou a construir duas estradas na parte norte e oeste da bacia Amazônica, a Perimetral Norte e a BR-174, afetando os territórios Waimirí-Atroarí e Yanomamö, e novamente se preparava expedições de pacificação.

Os Waimirí-Atroarí vivem ao norte de Manaus, nas florestas entre os rios Alalau, Uatuma e Jauaperi . Durante anos eles conseguiram defender-se contra todas as intromissões e ataques externos.

A partir de 60 foi tentado expedições de pacificação, em 68 a tribo fica famosa por ter matado o padre católico, Giovanni Calleri e mais oito membros da expedição.

O governo cria uma reserva para o povo, só que projetou a BR-174 para passar cortando ao meio a reserva, a rodovia tinha importância militar, pois era única que levava até a fronteira com a Venezuela, econômica pois levava até depósitos de minérios.

Em 74 vários agentes da FUNAI foram enviados até lá para pacificar a tribo, helicópteros sobrevoavam as aldeias e jogavam presentes. Depois de encontros mal sucedidos os Waimirí-Atroarí deixam claro que preferiam morrer lutando à abandonar o que restava de suas terras.

Nos meses seguintes os Waimirí-Atroarí fizeram quatro ataques matando mais de 15 agentes e trabalhadores da estrada.

O povo sofrera tanto com excursões militares que dizimavam aldeias inteiras. Quase na virada do ano a tribo ataca o posto da FUNAI chamado Abonari e matam vários agentes entre eles o diretor de operações da FUNAI no norte da Amazônia, Gilberto Pinto Figueiredo. Esse ataque teve repercussão mundial e descrevia o medo dos agentes da FUNAI e a revolta indígena contra a BR-174.

Orlando Villas Boas comenta em matéria no L.A. Times: "Os Atroarí são como os outros índios. Eles repelem qualquer invasão de suas terras e protegem suas famílias. Matam porque é a única maneira de deter o homem branco".

Em 75 Sebastião Amâncio foi nomeado o novo diretor de operações no lugar do falecido, deu uma entrevista ao jornal O Globo dizendo que estava cansado das guerras sem armas da FUNAI, que "chegara a hora de usar de meio mais diretos como dinamite, granadas, gás lacrimogêneo e rajadas de metralhadora para lhes mostrar o poder de nossa civilização".

O presidente da FUNAI declara que os Waimiri-Atroari “defenderam seu território com intransigência”, mas que a FUNAI não usaria de meios militares.

Em 75 novas expedições de pacificação foram tentadas.

Outro povo afetado por rodovia eram os Yanomamö, que viviam entre a Venezuela e o Brasil, são uma das maiores etnias da América do Sul, viviam entre os rios Orenoco na Venezuela e Marauia no Brasil, em Roraima.

Durante muitas décadas esse povo foi forçado a recuar seus territórios, ao sul, atacados por seringueiros e colonos brasileiros e ao norte sofriam com a expansão pecuária venezuelana e tinham conflito com os Makiritare, povo um pouco desculturalizado e que possuía armas de fogo na época. Armas, ferramentas eram introduzidas em povos indígenas por meio de trocas e presentes.

Na década de 50, missionários cristãos começam a entrar na região, em 60 já haviam grandes epidemias de malária e sarampo nos Yanomamö.

Uma equipe da APS visitou o local e afirmou que até aquele momento os Yanomamös tinham estado isolados em grande parte dos interesses do Brasil, seus contatos eram com missionários, que pareciam não ameaçar a integridade cultural do povo: “Os Yanomamö parecem contentes com sua cultura e mostram suficientemente fortes para resistirem ao zelo catequizador dos missionários.

A equipe da APS também descobriu que a reserva Yanomamö tinha sido muito diminuída e era tão pequena que não caberiam uma aldeia inteira.

Duas estradas foram planejadas para cortar o território desse povo, a Perimetral Norte e outra estrada menor.

Tempos depois foi descoberto urânio em Surucucus, onde haviam 16 aldeias Yanomamö em Roraima.

Na região houve um surto de cegueira fluvial africana, doença transmitida por mosquitos perto de rios. Em 74 dois cientistas americanos vieram pesquisar o incidente, advertiram o governo que o surto do mosquito estava ligado à construção da Perimetral Norte, pois haviam grande atividades de desmatamento na região. Em pouco tempo a doença se alastra entre os Yanomamö e outros povos, como os Tikuna, Tucano e Maku. O único remédio para doença era caro, importado e se aplicado nos indígenas matariam eles por não terem imunidade.

As palavras de um assassino ecoa na imprensa, o governador de Roraima, general Fernando Ramos Pereira, afirmou: “Minha opinião é que uma área rica como essa, com ouro e diamantes, urânio, não pode se dar ao luxo de preservar meia dúzia de povos indígenas que estão atrasando o desenvolvimento do Brasil”.

Algum tempo depois foi anunciado um projeto de integração chamado Perimetral-Yanomamö, para estabelecer integração econômica, aprenderiam novas práticas econômicas para comerciarem produtos com colonos.

Entre 75 e 76, houve um acordo entre Brasil e Alemanha, o Brasil fornecia urânio para a Alemanha enquanto ela apoiava a construção de usinas no Brasil. Logo depois teve o boom da cassiterita.

Os governos de Brasil e Venezuela nessa época proibiram os antropólogos estrangeiros de entrar na região, para que não chegasse ao mundo as informações sobre a cruel realidade dos Yanomamö.

Na época em que o General Ernesto Geisel se torna presidente, houve uma expansão da agropecuária, técnicos internacionais especulavam que o Brasil poderia ser o maior exportador de carne do mundo. Essa frente se desenvolvia no centro do país, em GO, MT e também na bacia Amazônica, devastando as matas para fazer enormes campos de pasto.

Um projeto de impulsão da economia regional com centros comerciais surgindo em volta das fazendas.

Em 74 houve o programa de colonização na Trans-Amazônica do INCRA, o governo da créditos agrícolas e pequenas parcelas de terra.

Depois um segundo modelo de colonização previa a criação de enormes fazendas de gado na Amazônia, com o apoio do estado aos industriais de SP.

Alguns meses e o governo retira o programa de colonização e continua só com o projeto das enormes fazendas.

Em seguida é anunciado o programa Polamazônia, que previa a criação de 15 pólos de desenvolvimento na bacia Amazônica.

A região do rio Araguaia e Xingú no MT era fechada para colonização devido aos ataques dos guerreiros Xavantes, povo de língua Gê.

Em 1946 o SPI fez trabalhos de pacificação com os Xavantes, e logo os colonos foram chegando à região, o governo constrói a Belém-Brasília, atraindo a atenção de investidores. Surgiram enormes fazendas que chegaram até ter 695.842 hectares de terra, sendo que em outras regiões do Brasil as fazendas em média não ultrapassavam 5000 hectares.

Essa enorme fazenda se chamava Suiá-Missú e era da empresa CODEARA.

Os municípios de Barra do Garças e Luciara era a região mais cotada, e justo onde moravam Xavantes, Karajá e Tapirapé.

A SUDAM só nessa região aprovou 66 projetos de pecuária. As camadas mais ricas da sociedade brasileira tinha fazendas por lá.

O bispo Dom Pedro Casaldáliga escreve um texto que relatava que vários conflitos foram criados na região por essa expansão e descrevia a situação dos indígenas: "...chegam nas estradas, parando caminhões, ônibus, esmolando comida..."

Só nos municípios de Barra do Garças e Luciara nas áreas aprovadas pela SUDAM, 2.417.633 de hectares de mata foram destruídos.

O território dos Tapirapé era muito cobiçado e 5000 colonos e 200 mil cabeças de gado foram postas dentro do território dos Karajá, a leste na Ilha do Bananal.

Um indivíduo da Survival International, Robin Hanbury-Tenison visitou a região, em 71 relatou num artigo que todas as comunidades indígenas que viviam fora do Parque do Xingú viviam uma situação crítica de miséria e doenças, a caça fugiu por causa do desmatamento forçava por necessidade que os indígenas introduzissem carne em suas refeições.

O governador garantiu o título de umas terras aos Xavantes em 1946, em 1950 o governador sucessor já vendia novamente essas terras.

A maior fazenda, a Suiá-Missú foi instalada em um local onde antigamente viviam 300 membros Xavantes, o proprietário, Orlando Ometo, rico industrial, solicitou um avião da FAB para remoção desses povos para um lugar chamado São Marcos, dias após a chegada uma epidemia mata 83 indígenas.

A partir de 71 os Xavantes começaram sucessivos ataques contra fazendas e seus

banhos, matando gado e botando fogo na casa dos fazendeiros.

Em 72 o governo decreta estado de emergência e manda grande contingente militar para dominar a situação.

No mesmo ano um decreto criava 5 áreas Xavantes, em Sangradouro, São Marcos, Areões, Pimentel Barboas e Couto Magalhães.

Em 73 indignados com as constantes invasões de terra na reserva de Couto Magalhães, os Xavantes lutavam e haviam choque violentos com fazendeiros, na reserva de Sangradouro a situação era a mesma, um agente do governo foi demarcar o território e foi recebido por um bando de fazendeiros armados. Conflitos também em São Marcos, os fazendeiros exigiam a retirada dos indígenas, os Xavantes respondem com raiva mais ataques e bloqueios de estradas.

Em 74 um grupo de fazendeiros armados invade a aldeia de São Marcos, mas os Xavantes resistiram.

O bispo Casaldáliga relata um grande número de trabalhadores contratados pelo latifúndio para derrubar florestas, eram trabalhadores que viviam em péssimas condições de vida e trabalho, trabalhando longas horas vigiados por capatazes armados, um verdadeiro campo de escravos. Os Trabalhadores eram vistos pelos fazendeiros como uma raça inferior. Até os camponeses que viviam a mais de 40 anos em pequenas propriedades eram expulsos pelos fazendeiros. Os camponeses se organizaram e entraram em choque com os fazendeiros. A polícia militar é chamada e age com terror contra as vilas camponesas, em Santa Terezinha os latifundiários destruíram um consultório médico com fatores, acabando também com a horta e materiais de construção. Tempo depois ainda houve mais um ataque dos funcionários da CODEARA

junto com a Polícia Militar, a comunidade camponesa abre fogo e resiste, dias depois é posta sob controle militar.

Com os camponeses pobres era esse o tratamento do estado, rajada de metralhadora, coação, medo....Para os ricos o governo conseguia empréstimos internacionais para o desenvolvimento da agroindústria.

Enormes empresas no meio de tudo, com a italiana Liguigás e a alemã Volkswagen.

Enormes produções de carne voltado só para exportação enquanto o povo agoniza na fome e desnutrição, além desse tipo de atividade ser ecológicamente destrutivo por seu desmatamento para criar pastos. Pra se ter uma noção do tamanho contraste de um dos maiores produtores de carne do mundo, como o Brasil, 105 em cada 1000 crianças morriam antes de um ano de vida no Brasil, no nordeste estimava-se que esse número aumentaria para 250 crianças mortas entre 1000, em São Paulo o número era de 83 crianças mortas por 1000 e em 1971 no Recife o índice da cidade chega a 91% de 1000 crianças morriam por motivos de fome. Em 73 um relatório afirmava que 60% da população adulta de São Paulo sofria de subnutrição.

SUICÍDIO ECOLÓGICO

Na década de 40, muitos colonos se deslocavam para Bragantina no Pará, na área ocupavam 30 000 km², um longo processo de desmatamento que começou com os impiedosos colonizadores portugueses que chegaram aqui e desmataram 300 km seguidos de matas na costa do Brasil até os dias de hoje, onde a Amazônia está sendo drasticamente

destruída, a mata atlântica reduzida à 10% do que ela era.

Na Amazônia tentaram firmar projetos de agropecuária, desmatando as florestas para criar campos, passando-se alguns anos a terra endureceria e viraria impossível de cultivar, acabando num deserto que vai engulindo o resto da biodiversidade sobrevivente.

O que mantém toda aquela biodiversidade viva é a cobertura vegetal que tem no solo, mantendo a umidade.

Nas atividades de desmatamento mais de 100 mil trabalhadores foram contratados só para esse serviço de derrubar árvores, só no ano de 71 se desmatou 300 000 hectares de florestas virgens da bacia Amazônica.

Depois se introduziu o trator e máquinas pesadas de terraplanagem, efeito devastador.

Depois de alguns anos os latifundiários começaram a usar venenos químicos, herbicidas pra matar a vegetação da região. A revista "Science" publica uma matéria falando do interesse das forças armadas dos EUA de vender pro Brasil enormes quantidades de agente laranja, que foi usado pra matar a vegetação do Vietnã.

Vários cientistas, biólogos e ecologistas de diversas organizações avizaram o governo para que parasse com seus projetos de desenvolvimento, alguns alegavam que só em uma década de desmatou 24% da bacia Amazônica.

O ciclo econômico do açúcar e café destruíram a vegetação do nordeste e do sul, agora vem a pecuária ameaçar a Amazônia.

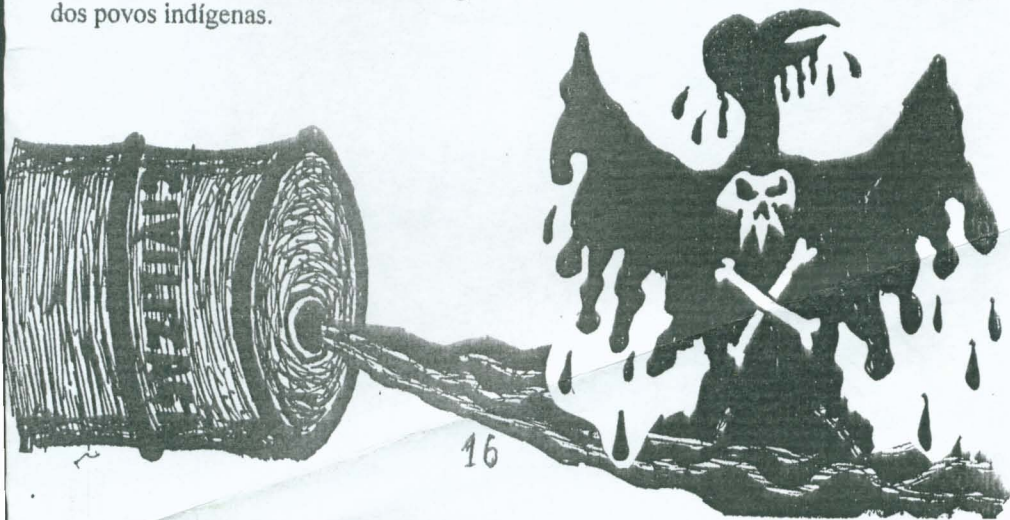
Muitas das atividades de derrubadas de árvores recebiam apoio financeiro do governo, com incentivos fiscais da SUDAM, com desmatamentos as vezes comandados pelo próprio INCRA.

Índices oficiais do governo mostravam que entre 1966 e 1975 mais de 30 milhões de hectares de florestas foram destruídos. A construção das estradas e os projetos latifundiários juntos constituíam 60% do desmatamento da época.

A SUDAM limpou um quinto da mata Amazônica para plantar árvores comerciáveis. Planejava fazer isso em 260 milhões de hectares de mata.

A Ford recebeu enormes parcelas de terras.

Os indígenas eram um exemplo, conseguiam fazer lavoura entre a natureza, sem destruí-la, distribuíam bem suas populações, extraíam remédios das plantas sem destruir as espécies. Só que o desequilíbrio ecológico torna cada vez mais difícil a auto-subsistência dos povos indígenas.





MARKO
A
LINKS

CONTATO:
AIC-PÉZÃO
CX. POSTAL - 17018
CEP-90010-970 PORTO ALEGRE

